



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014954-85.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Planos de Saúde**
 Requerente: **Hermes Paes Cavalcante Sobrinho**
 Requerido: **Fundação Sudameris**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 18 de setembro de 2014, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 1466/12

VISTOS

HERMES PAES CAVALCANTE SOBRINHO,
 ajuizou Ação ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE
TUTELA ANTECIPADA em face de **FUNDAÇÃO SUDAMERIS**, todos
 devidamente qualificados.

O Autor alega ter contribuído por mais de 25
 anos para o plano da ré quando se aposentou com 35 anos de serviços; assim
 está habilitando para receber, juntamente com a esposa, os benefícios médico-
 hospitalares, dentário, farmacêutico e também a utilização da colônia de férias
 junto à fundação, o que é de seu direito conforme o estatuto da instituição,
 porém, não obteve êxito. Requer que seja determinado à fundação ré trazer aos
 autos cópia do contrato de adesão entre as partes; a antecipação da tutela para
 que ele e sua esposa sejam incluídos no quadro de beneficiários dos serviços
 oferecidos pela ré de forma gratuita.

Juntou documentos às fls. 14/87v.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Pelo despacho de fls.92 foi indeferido o pedido de antecipação de tutela.

Devidamente citada, a requerida contestou às fls. 101/110 sustentando, em síntese, a prescrição da ação; que o autor se desligou do SUDAMERIS sem justa causa em 09/12/03 e não por aposentadoria; assim, como ex funcionário não faz jus ao benefício.

Sobreveio réplica às fls. 149/160.

Pelo despacho de fls. 165 foi determinada a produção de provas. O autor se manifestou solicitando o sobrestamento deste processo principal, até a apreciação da ação cautelar de exibição de documentos nº 179/2012, desta Vara, onde postulou a exibição do contrato de adesão junto à fundação. A ré não se manifestou.

Declarada encerrada a instrução pelo despacho de fls.191, o autor manifestou-se às fls. 194/202 e a ré a fls. 221/225.

É o relatório.

DECIDO.

Ao caso se aplica o prazo previsto no art. 205 do CC que não foi esgotado considerando o desligamento do autor e o ajuizamento da ação.

O Juízo deve se pronunciar apenas sobre o que foi pedido a fls. 11 letra “c”; condenação da ré a implantar e custear a denominada “clínica grátis para aposentado” sem custo nenhum para o autor e sua dependente/esposa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Isso, aliás, fica bem claro ainda na petição de fls. 197.

O referido benefício esta previsto no Capítulo III, art. 11 do Regulamento Interno da Fundação e exige, para sua concessão uma contribuição de no mínimo 25 aos e a solicitação de aposentação ao INSS.

São esses os requisitos.

A ré admite que a adesão do autor se deu em 1977 e o desligamento em 09/12/2003

Na ocasião da demissão, “do desligamento”, o autor já havia contribuído pelos 25 anos exigidos.

Mesmo que assim não se entenda o autor se enquadra no regime especial do parágrafo 1º do sobredito dispositivo regulamentar (v. fls. 116), pois em 31/12/**1992** já havia contribuído por 15 anos!!!

Por outro lado o autor é aposentado perante o INSS recebendo, atualmente, o benefício 133.918.076-3 (aposentadoria por tempo de contribuição) – v. fls. 29.

O contrato examinado se enquadra na categoria dos “Planos de Saúde” e como tal, deve ser interpretado sempre de maneira mais favorável ao consumidor, nos termos do artigo 47 do Código de Defesa do Consumidor, sob pena de inviabilizar o objeto do próprio ajuste (acesso à saúde), o que viola o inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 51 do mesmo diploma legal.

Nessa linha de pensamento só resta ao Juízo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

impor a ré a inclusão do autor e sua esposa (dependente) no rol de beneficiários da “Clínica Grátis para Aposentados”, fornecendo a eles, na sequência, toda a cobertura pertinente, e que vem sendo destinada aos demais usuários.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PLEITO INICIAL**, para o fim de determinar que a ré faça a inclusão do autor e sua esposa (como dependente) no rol de beneficiários da “Clínica Grátis para Aposentados”, determinando, como consequência, que a eles sejam fornecidos toda a cobertura pertinente, e que vem sendo destinada aos demais usuários.

No mais, presentes os requisitos do artigo 273 do CPC, antecipo os efeitos da tutela, determinando que referida implantação se dê no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Ante a sucumbência, fica a requerida condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00.

P. R. I.

São Carlos, aos 22 de outubro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

0014954-85.2012.8.26.0566 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**